

Cristiano Neves da Rosa ¹ Nadir Lara Júnior ²

Resumo

O objetivo deste trabalho é pontuar as diversas formas de controle usadas ao longo da história da sociedade ocidental, assim como verificar as estratégias de controle usadas em sociedades nas quais o povo não é atingido integralmente pelas instituições formais de controle (escola, hospital, fábrica). Para elucidar esse caso trazemos como referência o Brasil em que os habitantes das favelas e periferias vêm sendo alvo de um conjunto de dispositivos de segurança e participação promovidos por um capitalismo mais flexível da atual sociedade de controle que inclui para governar e ser governado, onde as formas de vida são colocadas no epicentro da gestão política para além dos muros das instituições clássicas comportando uma racionalidade cínica como recurso útil para as estratégias de construção social de uma realidade para o controle de certas populações ou grupos. Para exemplificar essa questão, trazemos nesse artigo uma análise crítica do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) o qual acompanhamos sua aplicação no bairro Guajuviras, periferia da cidade de Canoas-RS.

Palavras-chave: Periferia, Controle Social, Poder.

Abstract

The aim of this work is to punctuate several forms of control used along the history of the western society, as well as it will verify the strategies of control used in societies in which the people are not reached integrally by the formal institutions of control (school, hospital, factory). To elucidate this case we bring like reference Brazil in which the inhabitants of the “favelas” and suburbs are a target of a set of security operations and participation promoted by a capitalism more flexible of the current society of control that it includes to govern and to be governed, where the forms of life are put in the epicenter of the political management besides the walls of the classic institutions when populations or groups are holding a cynical rationality as useful resource for the strategies of social construction of a reality for the control of some population or groups. To exemplify this question, we bring in this article a critical analysis of the National Program of Public Security with Citizenship (PRONASCI) in which we follow closely his application in the district Guajuviras, suburb of the city of Canoas-RS.

Keywords: Outskirts, Social Control, Power.

¹ Universidade Vale do Rio dos Sinos UNISINOS. Bacharel e Licenciado em Educação Física e Mestrando em Ciências Sociais – UNISINOS.

² Universidade Vale do Rio dos Sinos UNISINOS. Doutor em Psicologia Social e Professor Adjunto do PPGCS/UNISINOS.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é pontuar as diversas formas de controle usadas ao longo da história da sociedade ocidental, assim como verificar as estratégias de controle usadas em sociedades nas quais o povo não é atingido pelas instituições formais de controle (escola, hospital, fábrica). Para elucidar esse caso trazemos como referência o Brasil em que o número de pobres e miseráveis que não tem acesso a essas instituições é bastante significativo, a saber:

Com base em dados preliminares do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o governo estipulou que famílias com renda igual ou inferior a R\$ 70 por pessoa são consideradas extremamente pobres (...). Nessa situação de miséria encontram-se 16,2 milhões brasileiros, o equivalente a 8,5 % da população do país. Desse total, 70,8% são pardos ou pretos e 50,9% têm, no máximo, 19 anos de idade. O mapa revela que 46,7% dos extremamente pobres vivem no campo, que responde por apenas 15,6% da população brasileira. De cada quatro moradores da zona rural, um encontra-se na miséria. As cidades, onde moram 84,4% da população total, concentram 53,3% dos miseráveis. (1)

Em geral pobres e miseráveis não frequentam escolas, hospitais, além disso, são desempregados e em sua grande maioria, ficam lançadas à sorte nas periferias das grandes cidades do Brasil. No entanto, há muitos anos, a prisão é a instituição que mais abriga essas pessoas, sendo essa a forma mais eficaz que o governo brasileiro vem usando nos últimos anos para garantir controle social nessas margens da sociedade. Nesse sentido, vale ressaltar aqui os dados do Conselho Nacional de Justiça, lançados em 23 de setembro de 2010 em que afirma que o Brasil tem a tercei-

ra maior população carcerária do mundo. “Com 494.598 presos, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China”. (2)

Em nome da paz social, o Governo e seus representantes buscam intensificar a presença da polícia nos guetos e favelas para tentar controlar os corpos daqueles que estão fora da lógica de controle formal. Para exemplificar essa questão, trazemos nesse artigo uma análise crítica do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) o qual acompanhamos sua apresentação no bairro Guajuviras, periferia da cidade de Canoas-RS.

Tempos modernos: os corpos dóceis

Com objetivos políticos e econômicos, os sujeitos nos fins do século XVIII ganharam significativa centralidade a partir do nascimento das instituições modernas como a prisão, a escola, a fábrica, o hospital psiquiátrico.

A sociedade disciplinar consistiu em uma nova técnica de investimento sobre a vida dos indivíduos. Uma nova razão governamental que se desenvolveu através de transformações que sucederam as antigas sociedades de soberania onde especialmente na França a maioria da população vivia e trabalhava no campo onde a concentração das terras encontrava-se nas mãos de poucos como o clero e o soberano que vivia à custa da exploração dos trabalhadores dos campos e a punição dos infratores dava-se por meio do “corpo supliciado” (Foucault, 1984). As sociedades de soberania foi um período marcado por tratados apresentados como conselhos ao príncipe de como comportar-se adequadamente perante aos súditos para ser aceito, respeitado, bem como orientações para amar a Deus e introduzir na cidade dos homens a lei divina. Sociedades de unidade de governo do soberano sobre seus súditos onde o soberano apresentava-se como representante de Deus na terra. Período onde os métodos de punição consistiam de um cerimonial da

pena em praça pública como a confissão das condutas inadequadas à lei divina ou moral, o castigo físico, enfim, o suplício do corpo como elemento constitutivo de um poder que se caracterizava pelo espetáculo punitivo.

A partir do século XVI até início do século XIX deram-se início nos Estados Unidos, França, Inglaterra e outros países da Europa grandes transformações nos modos de controle sobre a vida. Antes a população tratava de proteger as posses e privilégios do soberano, depois vai se instaurando o que Foucault (2008) chama de uma nova razão governamental para controle dos corpos e da vida social.

Com estas sucessivas modificações que foram se estabelecendo nos modos de investimento sobre a vida é que entre o século XVIII e início do século XIX assistimos o nascimento da sociedade disciplinar. A sociedade disciplinar caracteriza-se pelo investimento sobre os corpos individuais no seio das instituições modernas a partir de processos de normalização destes corpos utilizando como seu mais nobre instrumento de investimento as ciências humanas. Com a contribuição das Ciências Humanas os corpos dos sujeitos passam a ser posicionados no interior das instituições modernas como um objeto a ser estudado e conhecido para que se possa extrair um saber sobre eles para assim corrigi-los, educá-los, tornando-os produtivos para a sociedade capitalista. Deste modo, as Ciências Humanas desenvolvem-se no seio da sociedade disciplinar com o objetivo primeiro de conhecer os sujeitos na sua individualidade possibilitando a criação de um regime de verdade para a legitimação de normas, ideais, e regras estruturais para a formação de uma boa sociedade partindo da “fabricação” dos sujeitos individualmente.

Na sociedade disciplinar o sujeito passa a ser objetivado por práticas específicas de cada instituição dependendo do saber das ciências humanas que articulado ao uso do disciplinamento e da vigilância atua para melhor conhecê-lo almejando a

eficácia “que pretendem extrair uma verdade sobre ele, do tipo científico com as ciências humanas, e especialmente as ciências com radical psico, mas também por certo saber jurídico e pela acentuada medicalização que vimos experimentando em nossa sociedade” (Araújo, 2008, p. 118). Assim as Ciências Humanas “provieram de certas práticas disciplinares, requisitadas pela nova maneira de produzir riqueza do capitalismo nascente” (Araújo, 2008, p. 118) da sociedade disciplinar.

Formas jurídicas como o inquérito e o exame também constituíram importantes mecanismos ao processo de normalização dos sujeitos da sociedade disciplinar “caracterizada pela forma ‘prisão’ de punir. Esta visa principalmente afastar o indivíduo tido como perigoso. Importa menos o que o criminoso fez do que o perigo que representa para toda a sociedade, por isso ele precisa ser examinado e corrigido” (Araújo, 2008, p. 120).

É neste período que surge a prisão moderna que é o marco do nascimento da sociedade disciplinar que advém de uma nova lógica de investimento sobre os sujeitos que consistiu inicialmente na reforma e reorganização do sistema judiciário e penal em países da Europa e do mundo por meio do distanciamento dos aspectos religiosos, naturais ou morais das sociedades de soberania para que determinadas condutas fossem legalmente consideradas infrações. Foucault (2009) identifica que já no século XVI a regulação do exercício do poder sobre a vida vai se afastando do cunho religioso e vai dando espaço ao cálculo dos sujeitos em relação às suas coisas com a regulação do governo não mais pela verdade, e sim, pela racionalidade. Assim, o nascimento da prisão moderna torna-se o marco definitivo de uma nova sociedade onde a soberania do rei ou príncipe e o clero que também obtinha parcela significativa da riqueza vão perdendo espaço com a execução de novos processos nos quais os corpos passam a ser disciplinados.

A partir dos séculos XVI-XVII [...] a regulação do exercício do poder

não me parece ser feita segundo a sabedoria, mas segundo o cálculo, isto é, cálculo das forças, cálculo das relações, cálculo das riquezas, cálculo dos fatores de poder. Ou seja, não procura mais regular o governo pela verdade, procura-se regulá-lo pela racionalidade. Regular o governo pela racionalidade é, parece-me, o que se poderia chamar de formas modernas da tecnologia governamental (Foucault, 2008, p. 422).

Os comentários acima dizem respeito ao novo objetivo da reforma na justiça estabelecendo uma nova economia de investimento sobre o corpo, para que este mesmo poder possa ser exercido de forma calculada visto que:

a reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para o remanejamento do poder de punir, de acordo com modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhado em seus efeitos; enfim, que aumentem os efeitos diminuindo o custo econômico (Foucault, 1984, p. 75).

Compreende-se então que é partindo da análise dos comportamentos não-econômicos é que se retoma inicialmente o problema da criminalidade. Foucault (1984) salienta que a reforma na justiça foi realizada no seio do aparato judiciário por um grande número de magistrados, partindo de objetivos em comum e de conflitos que os colocavam em situação de oposição. A questão posta pelos reformadores era de Economia Política na medida em que se tratava de calcular economicamente em termos quantitativos os custos da criminalidade para um país ou uma cidade. Por meio de cálculos de utilidade de todas as práticas punitivas da sociedade soberana de unidade de governo os reformadores, criaram um dispositivo cujo custo deveria ser o mínimo possível. Nesse sentido a

solução esboçada e contemplada foi criação da lei para possibilidade de punição, baseando-se na definição de um regime de verdade no qual categorias definem o indivíduo criminoso.

A lei é a solução mais econômica para punir devidamente as pessoas e para que essa punição seja eficaz. Primeiro vai-se definir o crime como uma infração a uma lei formulada; logo, não há crime e é impossível incriminar um ato enquanto não há uma lei. Segundo, as pessoas devem ser estabelecidas, e estabelecidas de uma vez por todas, pela lei. Terceiro, as penas devem ser estabelecidas, na própria lei, de acordo com uma gradação que acompanha a gravidade do crime (FOUCAULT, 2008, p. 341).

Neste sentido, para que determinadas condutas fossem consideradas infrações tornou-se necessário haver poder político para que uma lei efetivasse a Lei formulada de modo que uma infração não se sustentaria sem uma lei para ancorá-la porque a Lei legalizaria a penalização de condutas consideradas inadequadas. Um segundo princípio da lei penal em que ela deveria simplesmente representar o que seria útil para a sociedade sem vínculos com a lei natural, religiosa ou a lei moral. “A lei define como repreensível o que é nocivo à sociedade, definido assim o que é útil” (Foucault, 2009, p. 81). E por fim o terceiro princípio da lei penal seria uma simples e clara definição do crime e uma nova definição do criminoso. Foucault diz:

O crime não é algo aparentado com o pecado e com a falta; é algo que danifica a sociedade; é um dano social, uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade. Há, [...] também, uma nova definição do criminoso. O criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social. [...] o criminoso é aquele que rompeu o pacto social (2009, p. 81).

A partir de um novo olhar de cunho econômico, feito pelos reformadores do século XVIII, acerca dos criminosos, a prisão moderna surge como uma instituição de fato. Instituição de fato, porque a prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais antes de ser definida como a pena por excelência. Na sociedade disciplinar a prisão desvinculou-se de ligação direta com o arbítrio do soberano, onde, especialmente na França a prisão era entendida como desqualificada, inconveniente, inútil, ilegal e associada aos abusos do soberano, vista pelos reformadores como “instrumento privilegiado do despotismo” (Foucault, 1984, p. 106). Nesta nova configuração da prisão “o trabalho penal não pode ser criticado pelo desemprego que provocaria: com sua parca extensão, seu fraco rendimento, ele não pode ter incidência geral sobre a economia” (Foucault, 1984, p. 216). A nova prisão da sociedade capitalista configura-se em uma estrutura que sua utilização se dá através de processos de repartição dos indivíduos, para fixá-los, distribuí-los espacialmente, classificá-los, discipliná-los, ocupá-los o máximo de tempo, extraíndo o máximo de suas potencialidades para tornar os corpos dóceis e funcionais segundo as normas gerais de uma sociedade industrial. Segundo o próprio Foucault (1984, p. 216):

O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. A prisão não é uma oficina; ela é, ela tem que ser em si mesma uma máquina de que os detentos-operários são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos.

Deste modo a prisão passa a ter um efeito de utilidade econômica que deve transpor a simples privação de liberdade. A estrutura tem como alvo o ajustamento dos corpos a um aparelho de produção por meio de um suplemento disciplinar. A partir de então se assiste a transformação de uma

sociedade destinada à produção de forças, fazê-las crescer e ordená-las em espaços específicos mais que barrá-las e destruí-las partindo da prisão como espaço que não só restringe a liberdade como forma de punição, mas, também, com a ideia “correcional” que é o cerne da teoria disciplinadora. Neste sentido é que a penalidade no século XIX, cada vez mais, investiu no controle e na reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos.

Este controle sobre os indivíduos no que tange às suas virtualidades se ampliou por uma série de outros poderes que não somente efetuado pela própria justiça, procurando o modo de controlar da melhor maneira possível por um conjunto “de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e correção – a polícia para a vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para correção” (Foucault, 2009, p. 86).

É assim que, no século XIX, desenvolve-se, em torno da instituição judiciária e para lhe permitir assumir a função de controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade, uma gigantesca série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência; instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia, etc. Toda essa rede de poder que não é judiciária deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui neste momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades (FOUCAULT, 2009, p. 86).

A partir da prisão moderna, os sujeitos não são mais punidos somente pelas ações que fizeram. Nesse novo regime de verdade, o criminoso agora pode ser qualquer um. A Economia se torna a referência hegemônica para julgar os corpos; dessa maneira passam a estipular normas e padrões comportamentais que estejam dentro

desse paradigma, portanto, aqueles que se comportam de maneira destoantes serão punidos.

O criminoso é todo mundo, quer dizer, ele é tratado como qualquer outra pessoa que investe numa ação, que espera lucrar com ela e aceita o risco de uma perda. O criminoso desse ponto de vista, não é nada mais que isso e deve continuar sendo nada mais que isso. Nessa medida, vocês percebem que aquilo que o sistema penal terá de se ocupar já não é essa realidade dupla do crime e do criminoso. É uma conduta, é uma série de condutas que produzem ações, ações essas cujo atores esperam um lucro, que são afetadas por um risco especial, que não é o da perda econômica, mas o risco penal ou ainda o risco da perda econômica que é infligida por um sistema penal (Foucault, 2008, p. 346).

A sociedade disciplinar caracteriza uma sociedade da norma que fixa os sujeitos aos aparelhos fechados. Fixa-os profundamente aos aparelhos produtivos cada um com suas especificidades que não só por um poder de cunho econômico, mas também por um conjunto de micro-poderes que atuam para discipliná-los extraindo ao máximo de suas potencialidades e suas forças a fim de torná-los dóceis, produtivos e úteis. São estruturas objetivas que determinam condutas.

A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (Foucault, 1984. p.153).

Para a consolidação desse projeto moderno de sociedade, compreendeu-se

necessária a ampliação de instituições especializadas. A sociedade disciplinar, então, pode ser vista como um investimento minucioso e detalhado dos corpos dos sujeitos individualmente, uma micro-física do poder que impõe aos corpos limitações, proibições, obrigações, trabalhando-os no detalhe através de técnicas de disciplina-mento específicas sobre seus movimentos, gestos e comportamentos onde "o capitalismo forjou toda uma série de técnicas de poder para ligar o indivíduo ao trabalho, para torná-lo força realmente produtiva. É esse tipo de poder que demanda toda uma série de saberes acerca do indivíduo e produz o homem como objeto de saber" (Araújo, 2008, p. 121) onde a vigilância, o exame e a correção caracterizam este tipo de sociedade em que os sujeitos são colocados nas instituições podendo ser facilmente observados individualmente a partir de múltiplos saberes

organizado em torno da norma pelo controle dos indivíduos ao longo da existência. Esta (a norma) é a base do poder, a forma do poder/saber que dará lugar não às grandes ciências da observação, como no caso da inquirição, mas àquelas que chamamos 'ciências humanas': psiquiatria, psicologia, sociologia (Foucault, 1994, p. 603).

Max Weber também identificou que já em meados do século XVI eram visíveis transformações na Europa quando observou distanciamentos de aspectos de cunho religioso objetivando um melhor funcionamento de uma nova sociedade que estava se consolidando. Weber destaca que o distanciamento de cunho religioso que estava ocorrendo era do catolicismo que perdia espaço para o protestantismo.

Em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004) publicada em 1904, Weber direciona seu olhar à Alemanha e salienta a influência do conteúdo doutrinário do protestantismo articulado ao capitalismo. Para Weber (2004) enquanto no catolicismo os indivíduos eram condi-

cionados a escolha de trabalhos de cunho humanístico, no protestantismo o direcionamento dado recaía no trabalho técnico. Devido a isto, a representatividade dos protestantes era bem mais significativa nas fábricas entre os industriais e técnicos com grau de escolaridade mais elevados e devido a esta nova ética, desenvolvida entre os protestantes, é que a economia capitalista na sociedade moderna foi ocupando espaço e se consolidando em países da Europa. Nas palavras de Weber (2004, p. 29)

Basta uma vista de olhos pelas estatísticas ocupacionais de um país pluriconfessional para constatar a notável frequência de um fenómeno por diversas vezes vivamente discutido na imprensa e na literatura católicas bem como nos congressos católicos da Alemanha: o carácter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão-de-obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas.

O autor ainda diz que,

[...] em quase toda parte onde o desenvolvimento do capitalismo [na época de sua expansão] esteve com as mãos livres para redistribuir a população em camadas sociais e profissionais em função de suas necessidades e quanto mais assim se deu, tanto mais nitidamente esse fenómeno aparece estampado em números na estatística religiosa. Está claro que a participação dos protestantes na propriedade do capital, na direção e nos postos de trabalho mais elevados das grandes empresas modernas industriais e comerciais, é relativamente mais forte, ou seja, superior à sua porcentagem na população total, e isso se deve em parte a razões históricas que remontam a um passado distante em que a pertença a uma confissão religiosa não aparece como causa de fenómenos econômicos, mas antes até certo ponto, como consequência deles (Weber, 2004, p. 29).

Weber destaca a organização, a racionalidade e a máxima “tempo é dinheiro” como cerne do espírito do capitalismo: “onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racionalmente calculada em termos de capital” (Weber, 2004, p. 5). Uma ética que parece dizer respeito ao aumento do capital como o devir ser de um indivíduo honesto e reconhecido que tomado como um fim em si mesmo. Em outras palavras, o que Weber coloca em destaque é a formulação de uma doutrina pelos protestantes partindo do rompimento com o catolicismo e a construção de uma ética que diz respeito a um novo modo de viver. Ou seja, a doutrina protestante com sua ética de que o trabalho enobrece a pessoa acaba consolidando o capitalismo.

É deste modo que a sociedade moderna se consolida como espaço de controle das subjetividades onde os indivíduos devem internalizar as regras do jogo para o bom funcionamento do capitalismo como a escola moderna análogas a mini-fábricas onde as crianças atuam como pequenos operários, sendo preparadas para uma racionalidade de modo a ocupar determinados lugares e a prisão moderna para corrigir os comportamentos não-econômicos, bem como o hospital psiquiátrico e a instituição militar que também são fundamentais para este capitalismo e a fábrica como a instituição-corção da sociedade capitalista, torna-se o paradigma a ser seguido.

Na sociedade da disciplina, as instituições como a escola, a fábrica e a prisão possuem as suas especificidades no trato com os sujeitos, mas todas possuem algo em comum: são instituições de processos de socialização buscando a instrumentalização e a racionalização para a criação de corpos dóceis e funcionais para objetivos econômicos produzindo, nesse sentido, corpos submissos e comportados aptos para o pleno desenvolvimento da sociedade capitalista.

Um bom exemplo do ambiente nas fábricas modernas pode ser identificado na produção artística *Tempos Modernos*, filme

de 1936 do cineasta britânico Charles Chaplin, que retrata o cotidiano de um grupo de operários confinados em uma fábrica que trabalhavam em uma esteira de montagem em série. Um sistema de produção que se caracteriza pela linha de montagem e a especialização do trabalho. Para aumentar ou melhorar a produção na fábrica o presidente se utiliza da vigilância constante de sua sala, através de câmeras de vigilância para registro e análise dos tempos e movimentos dos operários em sua indústria como método de coerção de modo a extrair o máximo das potencialidades dos operários para o aumento da produção.

O trabalho do personagem de Chaplin no filme é monótono e consiste na tarefa de apertar parafusos. Mas esta “simples” tarefa torna-se demasiadamente pesada devido aos movimentos repetitivos, em que pese operário ter que apertar o maior número de parafusos em menor tempo possível. No filme os operários executam movimentos especializados e repetitivos num ritmo que é imposto pelas máquinas. No caso do personagem interpretado por Chaplin, devido a essa maciça produtividade a que o operário estava submetido, os movimentos realizados na fábrica acabaram se automatizando ao ponto do personagem mesmo fora da fábrica continua a apertar parafusos de hidrantes e botões de vestidos das pessoas. Devido a isto, o operário é considerado louco e encaminhado ao hospital psiquiátrico.

Essa transição do personagem que passa da fábrica ao hospital psiquiátrico nos remete a transição dos sujeitos em diferentes instituições caracterizando o cotidiano da sociedade disciplinar descrito por Michel Foucault. O filme também aponta e problematiza o sistema racional de produção e lucro das fábricas idealizado por Frederick Taylor que desenvolveu uma metodologia de produção industrial chamado de Taylorismo.

Frederick Taylor desenvolveu uma teoria da administração onde buscou comparar os corpos dos sujeitos às máquinas objetivando a busca do modo mais funcio-

nal e eficiente de utilizá-lo. Através de processos de repartição cada trabalhador deve executar uma função específica através da vigilância de um gerente que tinha como função a análise dos movimentos dos indivíduos com o tempo controlado e o conhecimento da forma como se chega ao final do processo pelos operários torna-se irrelevante, bem como a participação dos processos que objetivava o aumento da produtividade era cerceada aos trabalhadores. Deste modo,

O sistema de Taylor tinha muito da “visão científica” bastante “ingênua” [...] caudatária das idéias positivistas originadas de premissas epistemológicas do racionalismo moderno. A concepção positivista pressupõe uma simbiose hierárquica entre ação e teoria – daí a dificuldade em se aceitar o conflito. Em decorrência, quando as ações humanas antagonizarem tal visão, serão interpretadas como caóticas, anormais e anti-sociais, pois, para o sistema positivista comtiano, só existe progresso mediante a ordem e só impera a ordem onde houver a subordinação da prática à teoria (Heloani, 2003, p. 25).

Isto justifica a importância das instituições modernas como o hospital psiquiátrico e a prisão, por exemplo, visto que na medida em que algumas condutas são compreendidas como desviantes ou anormais no seio da sociedade capitalista ou os sujeitos acabam confinados na prisão para a correção ou no hospital psiquiátrico como o personagem de Charles Chaplin de Tempos Modernos.

Já o filme *A Classe Operária Vai ao Paraíso*, uma produção artística do cineasta italiano Elio Petri de 1971, aborda o funcionamento dos modos de produção capitalista no interior de uma fábrica que tem como finalidade principal a otimização da produção em menor tempo possível. A produção artística tem como pano de fundo um grupo de sindicalistas que defendem e cobram aumentos salariais, redução da

jornada de trabalho e melhorias nas condições de trabalho de forma lenta e gradual e de outro lado há também um grupo de estudantes que orientava os operários em relação aos procedimentos para greves, reivindicações, bem como a defesa da ruptura radical e total com os administradores da fábrica.

O modelo arquitetônico da fábrica e seu modo de funcionamento possuem analogias com uma prisão. Caracteriza-se por processos de repartição, os operários todos alinhados em fila, há um “vigia” opressor que circula entre os trabalhadores, cobrando e ordenando uma melhor produtividade no menor tempo possível sob pena de multa caso não consigam dar conta de um número de peças em tempo estabelecido.

Todos estes aspectos salientados parecem característicos do modelo Taylorista onde os trabalhadores são vigiados no detalhe de seus movimentos, visando o aumento da produtividade no menor tempo possível dentro de um espaço onde o trabalho é pesado, com movimentos repetitivos muito semelhantes neste sentido ao que foi retratado por Charles Chaplin.

No filme o operário Lulu Massa é o personagem principal da fábrica de peças de metal. Ele possui uma alta produtividade e por este motivo é bem visto pelos chefes e mal visto pelos colegas operários que são engajados com o movimento sindical. Por este motivo Lulu Massa é considerado o “operário-padrão” que é passivo, dócil e obediente ao intenso ritmo de produtividade da fábrica acreditando que o pesado trabalho proporcionará uma melhora na sua qualidade de vida de modo que com esta alta produtividade ela almeja um ganho extra em seu salário referente às premiações por peças produzidas. Deste modo a busca pelas metas traçadas pela fábrica é constante. A sua alienação é tamanha que acaba perdendo o dedo em um acidente de trabalho, em que pese ainda o desgaste físico que é provocado pela intensa produção no trabalho que acaba desencadeando seu desinteresse pelas atividades de cunho cultural, de lazer, literárias e sexuais.

Estes fatos citados acima remetem novamente a máxima do “espírito” do capitalismo moderno citado por Weber (2004) que devem ser interiorizados pelos indivíduos de que “tempo é dinheiro” onde o trabalho tornou-se a própria finalidade da vida segundo a “ética protestante” proposta por Weber sendo o trabalho um dever de cada um.

Outro aspecto que podemos observar é que Lulu Massa vive entre as instigações da sociedade capitalista onde são suplantados sentimentos de falta para que os sujeitos sintam a necessidade de consumo, bem como as convocações de ruptura por parte do grupo de estudantes e os movimentos mais moderados dos sindicalistas da fábrica. Em dado momento, Lulu Massa reencontra um ex-colega de trabalho, um antigo operário-padrão que decorrente da sobrecarga de trabalho no interior da fábrica acabou confinado em hospital psiquiátrico. Novamente podemos observar o deslocamento dos sujeitos em diferentes instituições onde não cessam de passar constantemente de um espaço fechado a outro para um melhor funcionamento da sociedade capitalista.

O desfecho da produção artística apresenta a fábrica funcionando em um sistema mais fordista que ocupou o espaço do taylorismo onde os operários sindicalistas após muitas reivindicações conseguem uma redução da jornada de trabalho, ou seja, mais tempo livre, bem como a concessão de facilidades para o consumo do que eles próprios produzem, neste sentido, acabam retrocedendo e devido às “facilidades” de consumo das próprias mercadorias que produzem o que antes não era possível decorrente do baixo salário, logo, voltam a trabalhar cada vez mais para a manutenção deste consumo concedido.

Deste modo, após muitas reivindicações “a classe operária vai ao paraíso”. Um paraíso ilusório que não rompeu com a lógica capitalista pelo fato dos sindicalistas terem acabado negociando melhorias para a categoria junto ao seu chefe, contrapondo as sugestões do grupo de estudantes que

orientavam a ruptura total com a chefia da fábrica. Em suma, o chefe de modo estratégico acabou criando uma nova demanda para os operários a partir da suplantação de um sentimento de falta quando “facilitou” o acesso dos trabalhadores aos objetos de consumo, logo conseguia manter a máquina funcionando com um alto nível de produtividade e consumo, ou seja, uma operação lucrativa.

A estratégia usada pelo chefe da fábrica que foi ilustrada no filme foi criada por Henry Ford (1863-1947) que seguindo a trilha do modelo taylorista aperfeiçoou o sistema de organização do trabalho nas fábricas que foi denominado de fordismo. Assim como o taylorismo o fordismo também tem como objetivo principal a ampliação da produtividade por meio da otimização do tempo por meio do disciplinamento dos corpos para a máxima extração de suas potencialidades buscando a sua docilidade e funcionalidade, mas difere no sentido de que:

Ford almeja dessatanizar a gestão, representada pelo supervisor, que é agora personificado pela esteira; esta por sua vez, é amaldiçoada pelo trabalhador devido ao ritmo que impõe. Como se não bastasse, estende ao domicílio de seus trabalhadores o controle interno da fábrica. Há, assim, uma tentativa de projeção de normas disciplinares que passam a vigorar fora do ambiente de trabalho, com o intuito de garantir a eficácia do sistema produtivo. É assim que, por exemplo, punindo o alcoolismo e a desarmonia conjugal, Ford luta pela harmonia no trabalho. Dessa forma, parte do controle vai-se externalizando (Heloani, 2003, p. 63).

Deste modo, a especificidade do sistema de Ford são as linhas de montagem onde o operário permanecia em um determinado local executando uma atividade específica, enquanto o produto fabricado se deslocava no interior da fábrica em uma espécie de esteira. Assim as máquinas é

que ditavam o ritmo e o tempo de trabalho. Esta racionalização do processo produtivo acabou provocando o desencadeamento da popularização do produto fabricado, que neste caso era o automóvel, o que possibilitou aos próprios operários a aquisição dos veículos que fabricavam.

O sistema elaborado por Ford e tão bem ilustrado no desfecho do filme *A Classe Operária Vai ao Paraíso* parece que dá ensejo a focos de um novo modelo de capitalismo que estava nascendo e que o sociólogo Richard Sennett tão bem descreveu em seu livro a chamado *A Corrosão do Caráter: Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Sennett (2001) nos alerta que vivemos tempos de um capitalismo mais flexível que ataca modos burocráticos rígidos e vem modificando seus significados da maneira como vem sendo conduzido. Sennett (2001) aponta que este novo capitalismo atuante, diferente do antigo modo de produção capitalista, instiga o enfraquecimento das relações sociais decorrente de uma dinâmica de incertezas e constantes trocas de empregos. Diante da complexidade que este capitalismo promove o sociólogo questiona: “Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis?” (Sennett, 2001, p. 27). Esta é a principal questão identificada pelo autor nesta nova configuração do capitalismo na contemporaneidade.

“Novo capitalismo”: controle dos corpos e mentes

Para Richard Sennett, a flexibilidade deste novo capitalismo no que se refere aos investimentos sobre a vida dos sujeitos, mas tornaram-se mais flexíveis articulados ao aumento do trabalho temporário, tem por objetivo o controle dos corpos partindo do exercício de um poder não centralizado como o das fábricas da antiga sociedade capitalista. Nas palavras de Sennett (2001, p. 54):

O sistema de poder que se esconde nas modernas formas de flexibi-

lidade consiste em três elementos: reinvenção descontínua das instituições; especialização flexível de produção e concentração de poder sem centralização. Os fatos que se encaixam em cada uma dessas categorias são conhecidos da maioria de nós [...] já avaliar a consequência deles, é mais difícil.

Os apontamentos realizados por Sennett corroboram com as reflexões do filósofo Gilles Deleuze (2006) que salienta que as sociedades disciplinares são o que já não somos mais, à medida que a partir da segunda metade do século XX este modelo de disciplinamento operado nas estruturas de clausura já apresentava seu rosto decadente dando passagem ao que chamou de sociedades de controle. A sociedade de controle se apresenta como uma ampliação das práticas de investimento da sociedade disciplinar. Neste capitalismo flexível descrito por Sennett que caracteriza a sociedade de controle não se age mais sobre o corpo individual, não se atua mais por processos de repartição nas instituições, mas tem agora na população ou grupos o seu objeto de atuação prescindindo dos espaços de confinamento dos modelos taylorista e do fordista.

Outra contribuição que dá ensejo de que nos encontramos em uma sociedade de controle encontramos nos estudos de Nikolas Rose. Partindo de uma abordagem foucaultiana, o sociólogo aborda de modo genealógico e detalhado como está se dando o disciplinamento do espaço psicológico que é um “aporte” do corpo, ampliando assim as estratégias de regulamentação das condutas dos sujeitos.

A Psicologia se mostra uma Ciência que busca conhecer a fundo os sujeitos para extrair uma verdade sobre eles de modo a conhecer seus desejos, interesses, gostos, para que assim abra caminho para a realização de possíveis intervenções acerca de seus comportamentos. Ocupando papel importante para o disciplinamento dos corpos no antigo capitalismo da sociedade

disciplinar, Rose (1998) salienta que é no século XX que a Psicologia torna-se mais significativa pelo fato de que foi neste século que esta Ciência colaborou para o amplo domínio do sujeito em seu aspecto psicológico, ampliando as estratégias de docilização e adequação dos corpos às novas exigências do capitalismo.

Portanto, com o advento da Psicologia na fábrica, vivemos tempos em que nossos desejos, interesse, gostos e aspirações estão sendo socialmente controlados e administrados onde a subjetividades tem se tornado, através da utilização do saber psicológico, um recurso útil e eficaz para ampliar a funcionalidade dos corpos, especialmente nas empresas, de modo que neste sentido os psicólogos ou expertises da subjetividade tornaram-se grandes gerentes desta sociedade de controle.

Nas palavras de Rose, “os poderes multiplicadores destes “engenheiros da alma humana” parecem expressar algo profundamente novo nas relações de autoridade sobre o eu” (1998, p. 33).

Atualmente, recorrer à Psicologia tem sido entendido como recurso útil ao governo dos corpos nos circuitos do capital, de modo que com o nascimento das Ciências Humanas no seio da sociedade disciplinar a Psicologia constituiu-se como uma Ciência Social de atuação no espaço psicológico dos corpos almejando sua ação na construção ou transformação dos desejos e aspirações, visto que,

a psicologia começou a se formar em todos aqueles locais práticos que tomaram forma durante o século XIX no qual, problemas de condutas coletivas e individual [...] eram de responsabilidade das autoridades que procuravam controlá-las – nas fábricas, na prisão [...] na sala de aula (Rose, 1998, p. 156).

Desta maneira, a avaliação psicológica objetiva conhecer os sujeitos na sua profundidade por meio das minúcias e detalhes de seus comportamentos. “Educar,

curar, reformar e punir são, sem dúvidas, velhos imperativos. Mas os novos vocabulários fornecidos pelas ciências da psique possibilitaram que as aspirações do governo fossem articuladas em termos de uma administração das profundezas da alma humana que estivesse baseada em seu conhecimento” (Rose, 1998, p. 38).

Na sociedade disciplinar, dava-se a inclusão dos sujeitos nas instituições inicialmente para após isto, ser submetidos aos processos de investimento e normalização com vistas a torná-los dóceis e funcionais para a sociedade capitalista. Uma sociedade onde o processo ortopédico dava-se após o confinamento nas instituições para a qualificação da força de trabalho. Mas, como todo investimento possui um custo, parece que, novos modos de investimentos sobre os corpos estão em funcionamento como estratégia de redução dos custos e melhor eficácia no trabalho.

Exemplo disto são as avaliações e testes psicológicos aos quais os sujeitos são submetidos como requisito para a inserção no mercado de trabalho. Interrogatórios, avaliações teóricas e dinâmicas em grupo entre candidatos tem sido critério nesta nova configuração do capitalismo para a inserção no mercado de trabalho.

O teste é um novo tipo de exame que não é clínico nem pedagógico [...] é na verdade modelado para relacionar uma pontuação a um indivíduo. O teste é uma maneira de materializar a mente, é parte de uma mudança maior [...] partindo de um olhar focado no corpo para um olhar focado em um espaço interior. [...]. O problema daqueles de capacidade mental reduzida parecia ser que seus corpos não eram de fácil leitura. Daí, a lógica do teste. A diferença não é mais escrita na superfície do corpo e, sim, em um domínio interior, e o teste psicológico é uma maneira de transformar o invisível em visível, calculável e administrável (Rose, 2008, p. 157).

Neste sentido, no novo capitalismo os sujeitos são submetidos a um conjun-

to de avaliações com vistas a conhecê-los na sua profundidade objetivando identificar se os sujeitos possuem perfil adequado para serem inseridos nas empresas. Deste modo, é possível identificar que passamos de uma tecnologia do investimento dos corpos nas instituições da sociedade disciplinar para uma tecnologia do julgamento dos corpos da sociedade de controle.

O controle dos corpos e mentes nas favelas: Enfim a “paz social”

Como temos visto até agora, a luta da sociedade em controlar os corpos e mentes ganha seu ápice na sociedade capitalista. O paradigma mercadológico enfim impera absoluto sobre as instituições. No entanto, no Brasil não podemos esquecer que essas instituições clássicas (escola, hospital e fábrica) como descritas por Foucault não atingem a grande o tal da população brasileira. Há um contingente grande de pessoas que não frequentam essas instituições ou frequentam parcialmente, logo não são abordadas totalmente pelo Estado.

Para exemplificar essa não frequência de muitos brasileiros nas instituições clássicas de controle, relembramos que 16,2 milhões brasileiros são miseráveis, ou seja, um número bastante significativo sobre o total da população brasileira que é de 190.755.799 habitantes (3) que não tem acesso às condições básicas de sobrevivência.

Somados a esses índices temos no Brasil 14,1 milhões de analfabetos (4), ou seja, pessoas que nunca frequentaram uma escola; os analfabetos funcionais que passaram menos de quatro anos na escola, mas que não estão habilitados a dominar as regras básicas de ler e escrever. “A taxa de analfabetismo funcional no Brasil das pessoas de 15 anos ou mais de idade em 2010 foi de 20,3% do total da população”. (6)

Como é de conhecimento de todos a saúde pública no Brasil a muito tempo não é de boa qualidade, obrigando as pessoas que possuem recursos financeiros contratarem

um plano de saúde e aqueles que não possuem recursos estão fadados a perecer nas longas filas esperando atendimento, muitas vezes chegando a óbito, como nos mostra esse relato da OAB do Rio de Janeiro, a saber:

Quase seis mil pessoas morreram nas emergências de apenas quatro hospitais do Rio de Janeiro, de janeiro a agosto de 2011, de acordo com relatório do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro. Os números foram divulgadas nesta terça-feira, dia 20/9/2011, pela entidade aos representantes das comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da OAB/RJ que visitaram o Hospital Municipal Souza Aguiar. Somente nesta unidade de emergência, que é considerada referência de atendimento hospitalar municipal, morreram 1.800 pessoas durante os primeiros oito meses do ano. No Lourenço Jorge, o número de óbitos atingiu 1.600; no Salgado Filho, 1.250; e no Miguel Couto morreram 1.111 pacientes em busca de socorro médico. Isso dá um total de 5.761. Se comparado com os militares norte-americanos mortos na guerra do Iraque, a situação do Rio é de calamidade pública: de 2003 até 2011, caíram mortos no país árabe 4.471 soldados dos EUA. (5)

Nesse sentido, crescemos os 6% da população ativa economicamente desempregada em agosto de 2011, além de 1,4 milhões de pessoas (7) desocupadas aferidas neste ano. Por isso, comumente essas pessoas são chamadas de excluídas institucionais.

Diante desse quadro, onde ficam essas pessoas? Em sua maioria, estão nas favelas, cortiços e guetos das grandes cidades, locais onde a presença do Estado passou a ser disseminada, principalmente por meio das ONGs e OSCIPs. Diante da pouca eficácia dessas instituições que trabalham para a “inclusão social” nas instituições formais, o Estado dissemina entre a população um verdadeiro estado de sítio como assistimos nas favelas do Rio de Janeiro.

Então, a estratégia eficaz foi tratar esses lugares e pessoas como bandidos em potencial, causadores do caos urbano e da insegurança pública. A mão forte do Estado deveria estar sobre esse local “descontrolado”, reprimindo violentamente o suposto foco de vagabundagem e tráfico de drogas. Com o apoio das universidades que escrevem, pesquisam e defendem a inclusão social destas pessoas nas instituições de controle, como se isso fosse natural e importante para a sociedade, não se dando conta da manobra ideológica do Estado em querer controlar e docilizar os corpos.

Nessa mesma lógica, a mídia se aproveita do caos e dissemina o espetáculo do caos e da satanização do pobre como o causador da insegurança. Ambas as instituições propõem a solução: Programas de segurança pública que transformem a favela em um “território de paz”.

A pronta resposta do Poder Público foi mostrar as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs)(8) como a grande solução para o caos, tirando assim o foco da imensa corrupção que assola as polícias e os políticos. Também o PRONASCI com suas ações sintetizam o que se tornou lugar comum nas periferias e favelas brasileiras. “A sociedade de controle polícia em fluxos, pretendendo alcançar seguranças obtendo confianças e disseminando tolerâncias” (Passeti, 2006, p. 86).

Nesse sentido, pensamos que a presença estatal nas periferias ocorre de dois modos:

1) através de uma ampla oferta de atividades, principalmente atividades de cunho cultural, profissional, esportiva e educacional que tem como público-alvo jovens tidos como estando em situação de vulnerabilidade ou risco social, trabalho em geral feito por ONGs e OSCIPs.

2) por meio de ações de segurança pública estrito senso - maior presença policial e a utilização maciça de dispositivos de abordagens e investigação, disseminação de equipamentos tecnológicos de vigilância e aumento considerável do número de pro-

cessos judiciais e de prisões e criação de policiamento comunitário.

As ações do Estado cada vez mais presentes nas periferias urbanas podem ser definidas como um típico programa da sociedade de controle, baseado no envolvimento de todos, delinquentes ou não, perigosos ou não, de dispositivos eletrônicos, de projetos de urbanização e de policiamento ostensivo, de ações repressivas e de verificação de documentos, além de lideranças comunitárias, educadores sociais, universidades, escolas públicas, igrejas, ONGs, as famílias e as mulheres-mães são chamados a participar desse mutirão em nome de uma suposta paz social.

Tomamos como exemplo a implantação e execução do PRONASCI no bairro Guajuviras em Canoas-RS.

O PRONASCI foi criado pelo Ministério da Justiça em agosto de 2007. Segundo suas diretrizes, tem como objetivo um novo paradigma de segurança pública, adotando um modelo de segurança cidadã, especialmente para determinadas populações ou grupos. O programa é composto por 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a sociedade civil. Para garantir a realização das ações no País, o Ministério da Justiça celebra convênios, contratos e acordos com os estados, municípios e Organizações não governamentais (ONGs). O programa é organizado em ações estruturais e ações locais. As chamadas ações estruturais estão mais ligadas às diretrizes gerais de política de segurança e, em sua grande maioria, não possuem o foco no público-alvo e nos territórios selecionados pelo programa, tendo metas mais abrangentes como a modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional e o investimento nos profissionais do setor. Já as ações locais priorizam as ações a serem implantadas em cidades e bairros selecionados, focalizando aqueles que são avaliados como sendo de “territórios vulneráveis” que são alvos potenciais de conjunto das ações sociais, de justiça e segurança (IPEA, 2009, p. 762). O PRONASCI está atendendo as cidades e seus respec-

tivos bairros como territórios-alvo aqueles que apresentam os níveis mais altos de violência. Nos locais escolhidos, chamados de “Territórios de Paz”, devem ser articuladas ações sociais, de recuperação urbanística e de justiça e segurança.

Em suas ações locais, o PRONASCI tem como principal objetivo os jovens com idades de 15 a 29 anos, habitantes dos territórios selecionados para receber seu conjunto de ações, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei, ou egressos do sistema prisional, os jovens reservistas destes “territórios” em função do aprendizado em manejo de armas adquiridos durante o serviço militar ou pelo simples fato de ser habitante do território considerado vulnerável. Outra característica das ações locais PRONASCI, e certamente a mais significativa, são as práticas empreendidas em conjunto com os habitantes do território escolhido para receber as ações desta política de segurança.

Entre as ações locais do PRONASCI está o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) que no bairro Guajuviras se deu da seguinte maneira: análise de currículo, entrevista individual, avaliação psicológica, curso de capacitação/formação com aulas expositivas sobre o PRONASCI, sobre esporte e lazer, exames e dinâmicas em grupo durante o curso de capacitação e por fim a escolha de 09 coordenadores e 60 estagiários para atuar como agentes de esporte e lazer nas ações do Programa. Soma-se a esses a escolha de 02 líderes comunitários do bairro para atuar também como coordenadores do PELC e as 190 mulheres-mães moradoras do bairro que também passaram por um longo curso de formação para atuar no bairro entre outras coisas, para conduzir os jovens aos projetos sociais do PRONASCI como o programa de esporte e lazer.

Todas estas colocações citadas acima dão ensejo ao que Sennet (2001) chamou de flexibilização do novo capitalismo objetivando a consolidação de “novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam”

(SENNETT, 2001, p. 54) enraizado no seio da população através de poderes micro-físicos caracterizando uma multiplicidade das formas de governo de modo que:

1) O Estado terceiriza os serviços sociais através da convocação de mulheres-mães, lideranças comunitárias, contratos com ONGs, especialistas em esporte, lazer e atividades artísticas, para atuação no combate a violência nas periferias;

2) As juventudes da periferia são instigadas pelos trabalhadores terceirizados a atuar nos projetos sociais a partir de uma construção discursiva de que tais projetos objetivam a consolidação dos direitos sociais e neste sentido devem usufruir do mesmo.

Neste sentido a disciplina que era o cerne do antigo capitalismo para o investimento na vida que era descontínua, pois se exercia somente quando os indivíduos estavam confinados nas instituições, agora, vai dando espaço ao controle de populações ou grupos de modo que a partir da terceirização dos serviços sociais é possível a distribuição de pequenos poderes, assim o poder torna-se dificilmente localizado ou apropriado por alguém onde o Estado é somente mais uma entre as forças micro-físicas.

Nessa lógica, almeja-se o controle de certas populações ou grupos na medida em que este poder está descentralizado e se suplanta entre os jovens de periferia uma sensação de autonomia quando são convocados (não raras às vezes pelas próprias pessoas dos territórios onde habitam e que estão a serviço do Estado) a participar em ações de cunho social como atividades de esporte e lazer para ocuparem seu tempo e assim tornarem mais dóceis às exigências do mercado. Esses jovens pobres e miseráveis não serão mão-de-obra qualificada, mas deverão ser conformados a receber um salário mínimo e achar essa condição digna. As atividades físicas e artesanais recorrentes em projetos sociais cumprem a função de fazer os jovens interiorizarem as relações de controle e subalternidade necessárias

para se manter um “território de paz”, ou nas palavras de Sennet (2001): capitalismo sem atritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o ingresso do sujeito individual e logo, da população no pensamento político em meados do século XVIII, passa-se a investir e cuidar da vida, pois há a passagem de um poder do tipo soberano (que tinha o poder de “fazer morrer e deixar viver”) para um poder estatal onde os sujeitos desviantes das normas sociais passam a ser confinados em instituições para serem submetidos a processos de normalização e correção das condutas a partir de uma vigilância constante com o propósito de conhecê-los no detalhe.

Isso possibilitou a criação de um regime de verdade (lei) sobre estes sujeitos na sua individualidade para a correção das condutas, objetivando extrair o máximo de suas potencialidades para torná-los dóceis e funcionais, especialmente para a sociedade capitalista, onde “a prisão o faz e também o exército, a escola, as fábricas, os hospitais, que funcionam como máquinas poderosas para esquadrihar, desarticlar e compor as forças corporais” (Araújo, 2008, p. 79) implicando em uma sociedade disciplinar. Na sociedade disciplinar o vigia era a figura de fundamental importância das instituições modernas, se ocupando da vigilância, instrução, treinamento, exame, correção e punição quando necessário. É a sociedade do corpo disciplinado.

Para Deleuze (2006) a sociedade disciplinar é o que já não somos. Na atual sociedade de controle a “unidade tradicional do Estado é deslocada pela pluralidade e heterogeneidade das forças. São elas que, inversamente, induzem a produção de verdades e a constituição do Estado” (Candiotto, 2010, p. 34) como é o caso da terceirização das políticas sociais como as ações do PRONASCI nas periferias do Brasil.

Nesse Programa com suas ações sociais selecionam profissionais como profes-

sores de Educação Física, professores de Artes, professores de Dança com elevada carga horária e baixo salário, estagiários que estejam cursando o curso superior de Educação Física, Artes, Dança, que também recebem salários aquém dos trabalhos que desenvolvem, bem como as lideranças comunitárias e mulheres-mães com bolsa-auxílio de R\$190,00 reais para conduzir os jovens às atividades de esporte e lazer, culturais e profissionalizantes do programa nas periferias e favelas-alvo onde todos estes citados acima são submetidos a um longo processo de seleção com interrogatórios, exames psicológicos; cursos de capacitação e exames com vistas a conhecê-los na sua profundidade, objetivando identificar se os sujeitos possuem perfil adequado para atuar como condutores desta política social.

Na sociedade disciplinar os sujeitos eram incluídos nas instituições para só após serem submetidos aos processos de investimento e normalização para transformá-los em corpos dóceis e produtivos para a sociedade capitalista. Mas isto tinha um custo. Na sociedade de controle, provavelmente com vistas à redução dos custos, os sujeitos já não são mais incluídos nas instituições para que, só após o confinamento ter os seus corpos adestrados e docilizados. Na atual sociedade de controle as avaliações psicológicas e os longos cursos de capacitação já buscam identificar se os sujeitos possuem o perfil adequado com a função a desempenhar. Somente depois desta bateria de avaliações, cursos e exames os sujeitos desempenharão as funções ou não. Deste modo, parece que passamos de uma tecnologia do investimento dos corpos nas instituições da sociedade disciplinar para uma tecnologia do julgamento dos corpos da sociedade de controle.

A sociedade de controle é neste sentido a sociedade de um capitalismo mais flexível que prescindem até mesmo das instituições para se desenvolver e que inclui para governar e ser governado por meio da distribuição de pequenos poderes que proporciona a multiplicidade das formas

de governo que limita a antiga forma unitária de governo. “Desse modo, o Estado é considerado somente uma entre as forças microfísicas e não o ponto de partida das relações de poder” (Candiotto, 2010, p. 34) sublinhando uma forma de governo contínua potencialmente relacional de múltiplas forças que assim o representa. É a sociedade do corpo controlado.

A flexibilização do capitalismo que atua através de uma nova economia do tempo, da desburocratização, da terceirização do trabalho onde pequenos poderes são distribuídos no seio da população tornando-se dificilmente localizável ou apropriado por alguém caracteriza o aumento das práticas de controle onde cada sujeito é ma peça no jogo. Na atual sociedade capitalista parece que a disciplina já está realizada onde as instituições de vigilância já são descartáveis. O corpo parece que já não passa pelo disciplinamento, mas sim, pelo controle.

Devido a todos estes aspectos salientados, o capitalismo flexível identificado por Sennett (2001) caracteriza a atual sociedade de controle proposta por Deleuze. A macro-física do poder cede espaço à micro-física de poder. Desse modo, o poder é construído e atribuído a alguém, aumentando as práticas de controle e de poder daqueles que controlam as coisas. Deste modo,

Concentração sem centralização” é uma maneira de transmitir a operação de comando numa estrutura que não mais tem a clareza de uma pirâmide - e a estrutura institucional se tornou mais complexa, não mais simples (Sennett, 2001, p. 65).

A família, a escola, a fábrica, a prisão, não são mais espaços analógicos distintos, mas, figuras deformáveis, fluídas e transformáveis de uma mesma estrutura que só tem gerentes.

Portanto, podemos pensar a sociedade de controle como uma sociedade que inclui para governar e ser governado, onde as formas de vida são colocadas no epicentro da gestão política para além dos muros das instituições.

Neste sentido a corrosão do caráter de que fala Sennett pode ser relacionada a racionalidade cínica (9) dos sujeitos da atual sociedade de controle onde o atual capitalismo flexível se utiliza da ferramenta cínica, ou seja, cria um cenário ilusório através da suplantação de uma falta para o aumento do consumo e a construção social de uma realidade para o controle de certas populações ou grupos, como por exemplo, a atual presença estatal nas favelas e periferias por meio de um conjunto de dispositivos de segurança e participação em nome dos interesses do capital de modo sutil e inibindo supostos atritos responsabilizando e mandando para o presídio o público alvo pelos supostos distúrbios sociais.

Notas

(1) <http://www.contee.org.br/noticias/msoc/nmsoc1757.asp>

(2) <http://www.cnj.jus.br/noticias/9874-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo>

(3) http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1

(4) http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233

(5) <http://www.oabrj.org.br/detalheNoticia/68543/Morre%20mais%20gente%20nos%20hospitais%20do%20Rio%20do%20que%20americanos%20no%20Iraqe.html>

(6) <http://www.brasil.gov.br/sobre/geografia/populacao/numeros-gerais/print>

(7) <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/09/desemprego-fica-em-6-em-agosto-diz-ibge.html>

(8) As UPPs consistem no novo modelo de Segurança Pública e de policiamento criado em dezembro de 2008 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Com a filosofia de Polícia Comunitária através da implantação de postos específicos con-

duzidos por um comandante e um efetivo de policiais militares de acordo com o número de habitantes, o objetivo é promover a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais e combate a criminalidade nos territórios selecionados para assim reconquistar para o Estado os territórios empobrecidos e controlados pelo tráfico de drogas, levando a paz aos territórios ocupados por traficantes e milicianos. Ver mais sobre as UPPs em <http://www.rj.gov.br/web/seseg>.

(9) Para o filósofo Vladimir Safatle o cinismo diz respeito à distorção performática capaz de inverter determinados valores e aplicá-los, nessa lógica seria como descartar a verdade e aplicar a mentira. O autor põe em relevo que a sociedade contemporânea comporta uma racionalidade cínica que atua a partir da indeterminação da ética que rege (especialmente o trabalho) a atual sociedade capitalista. Deste modo, o cinismo possibilita a apresentação de um cenário distorcido, sutil e ilusório de determinadas ações que impedem a crítica. Para ver mais sobre o termo Racionalidade Cínica, ler o livro de Vladimir Safatle - Cinismo e falência da Crítica, 2008.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. L. (2008) Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba: Editora UFPR, 2ª Ed.

CANDIOTTO, C. (2010, jan/abr) A governamentalidade política no pensamento de Foucault. Revista Filosofia Unisinos, n. 1, (Vol 1, pp. 33-43). Disponível em: <http://www.revistafilosofia.unisinos.br>. Acesso em: 22/06/2011.

DELEUZE, G. (2006) Conversações. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34 Ltda.

FOUCAULT, M. (2009) A verdade e as formas jurídicas: Rio de Janeiro: NAU Editora.

FOUCAULT, M. (2007) Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes.

- FOUCAULT, M. (2008) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 25ª Ed.
- FOUCAULT, M. (2008) *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (1984) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- IPEA- *Brasil em desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Série/ Brasil: o estado de uma nação*. (2009) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, (Vol. 3, pp. 519-825).
- PASSETI, E. (2006) *Ensaio sobre um abolicionismo penal*. In *Verve*, São Paulo (Vol. 9).
- PASSETI, E. (2003) *Vivendo e revirando-se: heterotopias libertárias na sociedade de controle*. In: *Verve*, São Paulo: Nu-sol, Vol. 6.
- PASSETI, E. (1999) *Sociedade de controle e abolição da punição*. São Paulo em Perspectiva, Vol. 13, n. 3.
- ROSE, N. (2008, agosto) *Psicologia como uma ciência social*. *Psicologia e sociedade*, Porto Alegre, Vol. 20, n. 2. Disponível em <http://www.scielo.br>.
- ROSE, N. (1998) *Governando a alma: a formação do eu privado*. In: SILVA, T. T (org) *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes (pp. 30-45).
- SAFATLE, V. (2008) *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- HELOANI, R. (2003) *Gestão e organização no capitalismo globalizado. História da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo. Atlas.
- SENNETT, R. (2001) *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 5 Ed. Rio de Janeiro, Record.
- WEBER, M. (2004) *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo. Companhia das letras.

Recebido em 10 de novembro de 2014.

Aprovado para publicação em 09 de dezembro de 2014.